

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO

CONCURSO PÚBLICO

PROVIMENTO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

EM EDUCAÇÃO

**ARQUIVISTA**

2014

**1)** A publicação e seu país de origem que representam o marco do surgimento da disciplina arquivística são, respectivamente,

- a) Arquivo: Teoria e Prática – Brasil.
- b) Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos – Holanda.
- c) Manual de Administração de Arquivos– Reino Unido.
- d) Arquivos Modernos: princípios e técnicas – EUA.
- e) Arquivística: princípios e problemas – Itália.

**2)** A Revolução Francesa, em 1789, trouxe diversas consequências para os arquivos. Analise as assertivas abaixo.

- I) O reconhecimento do direito público de acesso aos arquivos.
- II) A transferência para Paris dos arquivos dos territórios anexados ou ocupados, acarretando uma grande concentração de arquivos.
- III) A criação de um órgão nacional e independente para a superintendência dos arquivos.

É **CORRETO** o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

**3)** De acordo com o aspecto sob o qual os arquivos são estudados, podem ser classificados de várias maneiras. Quanto à extensão de sua atuação, podem ser

- a) textuais ou iconográficos.
- b) públicos ou privados.
- c) correntes ou permanentes.
- d) setoriais ou central.
- e) especiais ou especializados.

**4)** É universalmente aceito como base da arquivística teórica e prática

- a) a gestão de documentos.
- b) o princípio da autenticidade.
- c) o princípio de respeito aos fundos.
- d) a arquivística contemporânea.
- e) a arquivística pós-custodial.

**5)** Segundo a teoria das três idades, os arquivos passam por três estágios distintos de arquivamento, de acordo com

- a) o uso que se faz dos documentos.
- b) a data de criação de cada espécie documental.
- c) os procedimentos técnicos de cada estágio.
- d) a entidade produtora dos documentos.
- e) o tratamento dispensado ao acervo.

**6)** São características do documento de arquivo a autenticidade, a organicidade, a confiabilidade e a unicidade. Tais características correspondem às qualidades do documento de arquivo, que se referem, respectivamente, a

- a) ter a capacidade de assegurar os fatos que atesta, ter relação orgânica com os demais documentos da instituição ou pessoa e ter sido criado em ambiente seguro.
- b) ter a capacidade de assegurar os fatos que atesta, ter relação orgânica com os documentos de qualquer instituição ou pessoa e ter sido criado em ambiente seguro.
- c) estar livre de adulteração ou de corrupção durante sua tramitação, ter relação orgânica com os demais documentos da instituição ou pessoa e ter a capacidade de sustentar o fato ao qual se refere.
- d) estar livre de adulteração ou corrupção durante sua tramitação, ter relação orgânica com os documentos de qualquer instituição ou pessoa e ter sido criado em ambiente seguro.
- e) ter sido criado em ambiente seguro, ter relação orgânica com os demais documentos da instituição ou pessoa e estar livre de adulteração ou corrupção durante sua tramitação.

**7)** O arquivo especial é o que tem sob sua custódia os documentos de formas físicas diversas. Essa é uma classificação que diz respeito

- a) ao gênero.
- b) à natureza do assunto.
- c) aos estágios da sua evolução.
- d) à extensão da sua atuação.
- e) à natureza dos documentos.

**8)** Os documentos e os arquivos podem ser classificados, segundo vários aspectos. Documentos textuais são exemplos de documentos classificados quanto ao/à

- a) espécie.
- b) natureza do assunto.
- c) abrangência.
- d) extensão de sua atuação.
- e) gênero.

**9)** A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) possui oito áreas, compreendendo 28 elementos de descrição. De acordo com a NOBRADE, as oito áreas são denominadas

- a) área de identificação; área de contextualização; área de conteúdo e estrutura; área de condições de acesso e uso; área de fontes relacionadas; área de notas; área de organograma e área de pontos de acesso e descrição de assuntos.
- b) área de identificação; área de contextualização; área de interrelacionamento; área de condições de acesso e uso; área de fontes relacionadas; área de notas; área de controle da descrição e área de pontos de acesso e descrição de assuntos.
- c) área de identificação; área de contextualização; área de conteúdo e estrutura; área de condições de acesso e uso; área de fontes relacionadas; área de notas; área de controle da descrição e área de pontos de acesso e descrição de assuntos.
- d) área de identificação; área de contextualização; área de conteúdo e estrutura; área de condições de acesso e uso; área de higienização; área de notas; área de controle da descrição e área de pontos de acesso e descrição de assuntos.
- e) área de codificação; área de contextualização; área de conteúdo e estrutura; área de condições de acesso e uso; área de fontes relacionadas; área de notas; área de controle da descrição e área de pontos de acesso e descrição de assuntos.

**10)** Sobre a terminologia arquivística, analise as assertivas abaixo:

- I) Documento especial é o termo utilizado para documentos em avançado estado de deterioração.
- II) Transferência é o termo utilizado para a passagem dos documentos de um arquivo corrente para o arquivo permanente.
- III) Pertinência territorial é um conceito oposto ao de princípio da proveniência e segundo o qual os documentos ou arquivos devem ser transferidos para a custódia de arquivos com jurisdição arquivística sobre o território ao qual se reporta o seu conteúdo, sem levar em conta o lugar em que foram produzidos.

É **CORRETO** o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

**11)** Michel Duchein (1986) afirma que a maior parte das dificuldades suscitadas pela aplicação do princípio do respeito aos fundos pode ser solucionada, reconstituindo a continuidade das seriações documentais rompidas quando da classificação dos fundos devido às variações de estrutura e de competência dos organismos. Essa reconstituição pode ser feita por meio

- a) do plano de classificação.
- b) do quadro de arranjo.
- c) da tabela de temporalidade.
- d) dos instrumentos de pesquisa.
- e) do plano de destinação.

**12)** Os dois tipos de arranjo intelectual são

- a) estrutural e funcional.
- b) funcional e físico.
- c) estrutural e físico.
- d) estrutural e temático.
- e) funcional e temático.

**13)** Michel Duchein (1986) aponta certas dificuldades e dúvidas na definição de fundos. Destaca que para resolver a que diz respeito à definição de fundo em relação à hierarquia dos organismos produtores de arquivos, podem-se adotar duas diferentes posições intelectuais, as quais ele chama, respectivamente, de

- a) maximalista e minimalista.
- b) íntegro e unicista.
- c) fechados e abertos.
- d) externos e internos.
- e) clássicos e modernos.

**14)** Ao fazer a descrição de um acervo utilizando a NOBRADE, quaisquer ações e critérios adotados para avaliação, seleção e eliminação ocorridas ou planejadas para a unidade de descrição devem ser registrados. Esse registro deve ser na área de

- a) conteúdo e estrutura.
- b) controle da descrição.
- c) inter-relacionamento.
- d) contextualização.
- e) codificação.

**15)** A ISAAR (CPF) é uma norma publicada pelo Conselho Internacional de Arquivos, cujo objetivo é

- a) a descrição de funções.
- b) a descrição de coleções.
- c) o registro de autoridade arquivística.
- d) o registro de funções arquivísticas.
- e) a descrição de instituições com acervo arquivístico.

**16)** O instrumento de pesquisa cuja organização deve refletir o arranjo adotado para a disposição do fundo ou parte dele é o

- a) catálogo.
- b) inventário.
- c) repertório.
- d) guia.
- e) quadro de equivalência.

**17)** A lei nº 12.527 de 18/11/2011 destina-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, observando a publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes, em anos, para as classificações de ultrassecreta, secreta e reservada, respectivamente,

- a) 25, 15 e 5.
- b) 20, 10 e 5.
- c) 30, 20 e 10.
- d) 35, 25 e 15.
- e) 40, 20 e 10.

**18)** O autor considera os arquivos como um dos instrumentos de base do trabalho histórico e um dos objetos mais simbólicos de nossa memória, acrescenta que os locais de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, sendo preciso criar arquivos, organizar celebrações, entre outros aspectos, porque essas operações não seriam naturalmente realizadas. Este autor é

- a) Jacques Le Goff.
- b) Pierre Nora.
- c) Michel Duchein.
- d) T. R. Schellenberg.
- e) Hilary Jenkinson.

**19)** Os métodos de classificação de acesso indireto são

- a) geográfico, enciclopédico e numérico cronológico.
- b) unitermo, decimal e numérico simples.
- c) dúplex, ideográfico e geográfico.
- d) ideográfico, dicionário e unitermo.
- e) assunto, enciclopédico e numérico simples.

**20)** São consideradas atividades de responsabilidade de um serviço de protocolo:

- a) recebimento, registro, classificação, tramitação e avaliação
- b) produção, registro, classificação, controle de tramitação e avaliação
- c) produção, controle de tramitação, avaliação, seleção e arquivamento
- d) controle de tramitação, classificação, arquivamento, seleção e eliminação
- e) recebimento, classificação, registro, controle de tramitação e arquivamento

**21)** O recurso técnico validado pela Arquivologia capaz de determinar quais documentos constituirão o patrimônio arquivístico de uma instituição ou sociedade é denominado

- a) preservação.
- b) classificação.
- c) descrição.
- d) arranjo.
- e) avaliação.

**22)** As três fases da gestão de documentos são, respectivamente,

- a) utilização, destinação e descrição.
- b) produção, utilização e destinação.
- c) produção, utilização e eliminação.
- d) utilização, destinação e eliminação.
- e) produção, utilização e descrição.

**23)** De acordo com a legislação arquivística, o conjunto de procedimentos e de operações técnicas referentes à produção, à tramitação, ao uso, à avaliação e ao arquivamento dos documentos, em fase corrente e intermediária, independente do suporte, visando a sua eliminação ou a seu recolhimento para guarda permanente, é o que define a

- a) classificação.
- b) avaliação.
- c) preservação.
- d) gestão de documentos.
- e) descrição.

**24)** O registro esquemático do ciclo de vida documental do órgão, sendo elaborado, após a análise da documentação, é conhecido como

- a) plano de classificação.
- b) instrumento de pesquisa.
- c) código de classificação.
- d) tabela de temporalidade.
- e) quadro de arranjo.

**25)** A Resolução do Conarq nº 14 de 24/10/2001 aprova a versão revisada e ampliada da Resolução nº 4 de 28/03/1996, que dispõe sobre o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública – atividades–meio. A quem caberá, respectivamente:

- I) desenvolver as classes e estabelecer os prazos de guarda e de destinação relativos às atividades específicas ou atividades–fim dos órgãos que adotarem o código e a tabela.
- II) aprovar o citado no item I.

A sequência **CORRETA** é

- a) Arquivo Nacional / Conarq.
- b) Órgãos e entidades que adotarem os instrumentos / Conarq.
- c) Conarq / Arquivo Nacional.
- d) Órgãos e entidades que adotarem os instrumentos / instituição arquivística pública na sua específica esfera de competência.
- e) Arquivo Nacional / instituição arquivística pública na sua específica esfera de competência.

**26)** Considere os seguintes itens e indique a sequência **CORRETA**, de forma a utilizar as regras de alfabetação, segundo o método de classificação alfabético:

- (I) Angela Amaral da Costa
- (II) Álvaro Coimbra de Castilho Filho
- (III) Beatriz Antunes Carvalho
- (IV) Alberto Coimbra de Castilho Neto
- (V) Áurea Alves da Costa

A sequência **CORRETA** é

- a) III – II – IV – I – V.
- b) III – II – IV – V – I.
- c) III – IV – II – I – V.
- d) IV – II – I – V – III.
- e) V – I – III – II – IV.

**27)** O método ideográfico numérico no qual a documentação é dividida em classes, conforme os assuntos, partindo do gênero para a espécie, permitindo a abertura ilimitada de classes, é denominado

- a) decimal.
- b) unitermo.
- c) cronológico.
- d) dúplex.
- e) dígito-terminal.

**28)** Os documentos sofrem danos por efeitos internos ou externos. Entre os agentes externos, aquele que **NÃO** é considerado agente físico é conhecido como

- a) luz.
- b) broca.
- c) alterações climáticas.
- d) temperatura.
- e) umidade.

**29)** Correlacione as duas colunas, considerando as condições climáticas adequadas para o armazenamento de acervos específicos:

I) Fotografias em preto e branco	( ) Temperatura 18°C e Umidade Relativa do Ar 40%
II) Fotografias em cor	( ) Temperatura 5°C e Umidade Relativa do Ar 35%
III) Filmes e registros magnéticos	( ) Temperatura 12°C e Umidade Relativa do Ar 35%

A correlação **CORRETA** é

- a) I – II – III.
- b) II – III – I.
- c) II – I – III.
- d) III – I – II.
- e) III – II – I.

**30)** A base do filme cinematográfico que apresenta a síndrome do vinagre como um dos sinais de deterioração é o

- a) poliéster.
- b) alumínio.
- c) acetato.
- d) nitrato.
- e) vidro.

**31)** De acordo com a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o órgão ao qual compete definir a Política Nacional de Arquivos e ser o órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) é

- a) Arquivo Nacional.
- b) Casa Civil da Presidência da República.
- c) Conselho Internacional de Arquivos.
- d) Fórum Nacional de Arquivos.
- e) Conselho Nacional de Arquivos.

**32)** Tal como os documentos arquivísticos convencionais os eletrônicos se constituem em elementos que podem ser identificados e avaliados por meio da análise denominada

- a) contextual.
- b) paleográfica.
- c) historiográfica.
- d) diplomática.
- e) abstrata.

**33)** Ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras, são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo direito. Esta descrição refere-se a (à)

- a) paleografia.
- b) diplomática.
- c) notariado.
- d) tipologia.
- e) filologia.

**34)** Coloque em ordem os seguintes números, utilizando o método dígito-terminal:

- I) 07-03-13
- II) 97-26-89
- III) 03-10-56
- IV) 05-06-13

A sequência **CORRETA** é

- a) I – IV – III – II.
- b) III – IV – I – II.
- c) II – III – IV – I.
- d) III – II – I – IV.
- e) IV – I – III – II.

**35)** Em meados do século XX, surgem as primeiras preocupações com a eliminação de documentos arquivísticos. A respeito dos modelos de eliminação de documentos surgidos neste período, analise as assertivas abaixo:

- I) O modelo inglês defende que a eliminação é responsabilidade da administração produtora e que tal atividade não faz parte das atribuições do arquivista.
- II) O modelo alemão defende que deve haver a intervenção do arquivista no processo de eliminação de documentos.
- III) O modelo francês defende que os documentos relativos à atividade-fim de uma instituição devam ser de guarda permanente.
- IV) O modelo holandês defende que a eliminação deve ser feita por amostragem.

A(s) assertiva(s) **VERDADEIRAS(S)** é(são)

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

**36)** A eliminação de documentos após a microfilmagem, segundo o Decreto nº 1799 de 30/01/1996, só poderá ser feita, após:

- I) lavratura de termo próprio.
- II) revisão e extração de filme cópia.
- III) estar prevista na tabela de temporalidade para atividade – meio do Conarq.

São **VERDADEIRAS** as afirmativas:

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

**37)** São objetos de Resoluções do Conarq:

- I) Medidas a serem observadas na transferência ou no recolhimento de acervos documentais para instituições arquivísticas públicas;
- II) Diretrizes para a transferência e o recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas;
- III) Diretrizes para a avaliação de documentos em instituições de saúde.

É (são) **CORRETA(S)**, a(s) afirmativa(s):

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, apenas.

**38)** Segundo Thomassen (1999), no início dos anos oitenta, o canadense Hugh Taylor foi o primeiro a reconhecer as mudanças no mundo arquivístico gerados pelas novas tecnologias da informação e da comunicação. Para Thomassen (1999), estas mudanças significam uma ruptura paradigmática. Na perspectiva de um novo paradigma, Thomassen (1999) aponta o deslocamento de objeto da Arquivologia. O deslocamento, **CORRETAMENTE**, indicado é

- a) do "arquivo" para o "documento".
- b) do "arquivo" para a "informação registrada orgânica".
- c) do "arquivo" para a "informação descontextualizada".
- d) da "informação" para o "arquivo".
- e) do "acervo" para a "coleção".

**39)** O decreto 4.915, de 12 de dezembro de 2003, organiza sob a forma de sistema as atividades de gestão de documentos nos órgãos e entidades da administração pública federal. Tal decreto define a organização do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal. Nesta organização do SIGA, as unidades responsáveis pela coordenação das atividades de gestão de documentos de arquivo do Ministério da Educação e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro são, respectivamente,

- a) órgão central e órgão setorial.
- b) ambos são órgãos setoriais.
- c) órgão setorial e órgão seccional.
- d) ambos são órgãos seccionais.
- e) órgão seccional e órgão setorial.

**40)** O *records management*, traduzido no Brasil como gestão de documentos, surgiu no período entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundial e apareceu como uma área que tinha estreito vínculo com a Administração. A gestão de documentos tem por objetivos

- a) intervir na fase de produção e tramitação dos documentos, garantindo o controle do ciclo de vida dos documentos, aplicando métodos de economia e eficácia na administração dos documentos.
- b) reduzir os custos de produção dos documentos e ampliar a quantidade dos documentos produzidos.
- c) ampliar a quantidade de documentos produzidos e intervir na fase de produção e tramitação dos documentos.
- d) reduzir a intervenção na administração dos documentos, aplicando métodos de economia e eficácia na administração dos documentos.
- e) controlar a eliminação de documentos para reduzir a massa documental acumulada e ampliar a quantidade dos documentos produzidos.

## Publicidade danosa à criança

*Dalmo de Abreu Dallari\**

O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana. Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais e regulamentares que fixam diretrizes para a publicidade dirigida à criança. Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio, e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, de maneira geral, afetando negativamente direitos fundamentais da pessoa humana, foi ressaltada com grande ênfase e com sólido embasamento jurídico pela Corte Constitucional da Colômbia, em decisão proferida no final de 2013. A questão que suscitou o pronunciamento da Corte Constitucional colombiana era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, a Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados em documentos jurídicos internacionais e, expressamente e com grande ênfase, na Constituição brasileira de 1988. Como ponto de partida para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares à publicidade dirigida à criança, vem muito a propósito lembrar o que dispõe o artigo 227 da Constituição: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivo garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, criado pela Lei nº 8.242, de 1991. Entre suas atribuições está a competência para “elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”, incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes visando dar efetivo cumprimento às obrigações internacionais assumidas pelo Brasil em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990. A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei número 8.069, também de 1990, cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Foi justamente no sentido de dar efetividade a essas disposições jurídicas, que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, de 4 de Abril de 2014, fixando diretrizes sobre a publicidade comercial que é dirigida maliciosamente à criança, explorando suas fragilidades e, assim, ofendendo seus direitos fundamentais, induzindo-a a sentir a necessidade de consumir determinados bens e serviços, tendo o objetivo prioritário de proporcionar lucro aos anunciantes. A Resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade e de comunicação mercadológica à criança, “com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço”. São abusivos os anúncios que contêm linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios ou brindes colecionáveis, com apelo ao público infantil entre outros aspectos.

Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção dos direitos e da dignidade da criança e do adolescente. Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante para o afastamento de abusos que são frequentemente cometidos na publicidade comercial dirigida ao público infantil. A proteção e a busca de efetivação dos direitos da criança e do adolescente devem ter, por determinação constitucional, absoluta prioridade sobre objetivos comerciais, não se podendo admitir que a liberdade de comércio se confunda com a liberdade como direito fundamental da pessoa humana. A aplicação da Resolução do Conanda será extremamente valiosa, contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades.

\* *Dalmo de Abreu Dallari* é jurista. - *Jornal do Brasil digital* [HTTP://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014](http://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014)

**41)** O resumo mais adequado para o texto “Publicidade danosa às crianças” está indicado em

- a) Apresentando um breve histórico da educação de crianças no Brasil, o texto sobre Publicidade e Propaganda aborda sobre a linguagem. Há uma conceituação de propaganda enganosa e abusiva e, finalmente, trata da especificidade da mídia para crianças, relatando a influência e os efeitos da propaganda nesse público. Sendo a criança o ponto central, torna-se imprescindível a conceituação desse *target* e defendendo-a como ser humano em desenvolvimento. Elenca, por fim, os instrumentos jurídicos brasileiros, comparando-os aos da Corte colombiana, que, em tempos outros, decidiu sobre a propaganda de tabaco com repercussões públicas desfavoráveis à época.
- b) Sendo o impacto da propaganda destinada ao público infantil importante para as empresas e a sociedade, o artigo apresenta o entendimento das crianças na tarefa de interpretar/decodificar uma propaganda. O estudo, de caráter exploratório, envolveu pesquisa bibliográfica e entrevistas com crianças, além dos instrumentos jurídicos brasileiros, a exemplo da Constituição Federal de 1988, o Conanda e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os resultados sugerem que as crianças reconhecem as marcas, conseguem entender os comerciais e manifestam influência das propagandas no consumo. Por isso, é essencial estudar o comportamento do consumidor, associando à liberdade de expressão, direito fundamental do ser humano.
- c) Baseando-se no direito fundamental do homem, trata o texto de posicionamento crítico acerca do controle da publicidade dirigida à criança, combatendo a ideia de direito à liberdade da publicidade para alcançar a promoção de vendas, visto a influência negativa que essa exerce nos pequenos. Traz à lume a decisão da Corte Constitucional da Colômbia quanto à publicidade do tabaco, ao enfatizar quão oportuna é a discussão sobre o tema no Brasil, mostrando que existem outros instrumentos jurídicos a exemplo do Conanda e do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Constituição de 1988. Por fim, ratifica a necessidade de proteção dos direitos e da dignidade da criança em detrimento ao lucro incomensurável dos comerciantes.
- d) Buscando o discurso publicitário como um tipo de produção simbólica que objetiva fazer a aproximação entre o produto anunciado e o público-alvo, o artigo tem como objetivo analisar a publicidade à luz dos instrumentos jurídicos brasileiros, considerando a propaganda como um indicador privilegiado do contexto sociocultural onde é veiculada. A hipótese desenvolvida é que a publicidade recupera os elementos que fazem parte do repertório da cultura da sociedade a qual se dirige e, assim, pode ser considerada um reflexo das relações de sociabilidade e da cultura dessa sociedade. Nesse caso específico, a criança é um ser extremamente vulnerável, cabendo ao Estado protegê-la a exemplo do que acontece com outros países como a Colômbia.
- e) Defendendo a ideia de que a publicidade dirigida ao público infantil é danosa porque pressiona as crianças a desejarem cada vez mais bens de consumo, associando-os a um discurso enganoso de alegria, felicidade e status social, o artigo apresenta de forma analógica as repercussões ocorridas no Brasil e na Colômbia acerca dos instrumentos jurídicos que regem o bem estar das pessoas, especialmente, as crianças. Baseado no Conanda conclui que, além de trazer sofrimento às crianças que não podem adquirir esses bens devido à falta de recursos financeiros, essa pressão causa estresse familiar e não pode ser devidamente elaborada pelos pequenos, cujo senso crítico ainda está em desenvolvimento.

**42)** A dicotomia que representa o tema central do texto é

- a) direitos fundamentais X convivência familiar.
- b) liberdade de publicidade X promoção de vendas.
- c) direcionamento da publicidade X comunicação à criança.
- d) liberdade de comércio X liberdade de expressão.
- e) linguagem infantil X linguagem dos adolescentes.

**43)** De acordo com a norma padrão culta da língua, é **INADEQUADA** a ausência do acento indicativo de crase na seguinte relação de regência:

- a) “tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial (...)”(1º.º§)
- b) “(...) para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares (...)” (2º.º§)
- c) “(...) pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio,(...) ( 1º.º§)
- d) “(..) e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, (...)” ( 1º.º§)
- e) “(...),contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades. (5º.º§)

**44)** No trecho, “Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio,(...)”, a palavra em destaque estabelece, com o período anterior, valor semântico de

- a) conclusão.
- b) causa.
- c) explicação.
- d) consequência.
- e) oposição.

**45)** O trecho em que há falta de paralelismo entre os termos, de acordo com a norma culta padrão, é

- a) “(...) era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão,(...)” ( 1º.º§)
- b) “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., (...)”( 2º.º§)
- c) “(...) em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990.” ( 3º.º§)
- d) “Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui (...)” ( 5º.º§)
- e) “para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados (...)” ( 2º.º§)

**46)** Em relação à palavra em destaque, o fragmento que apresenta valor sintático- semântico diferente é

- a) “(...) e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana.”(1º.º§)
- b) “(...) retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais (...)” (1º.º§)
- c) “(...) direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, (...)” ( 1º.º§)
- d) “(...) Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências,(...) (5º.º§)
- e) “(...) cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante (...) (5º.º§)

**47)** A derivação verbo/ nome de mesma relação semântica está contemplada no seguinte par:

- a) direcionar / direito
- b) cumprimentar / cumprimento
- c) disponibilizar / dispositivos
- d) alegar / alegação
- e) dignificar/ dignidade

**48)** A **CORRETA** identificação da função sintática do pronome sublinhado está indicada em

- a) “(...) e garantias que lhes são especificamente asseguradas em documentos jurídicos internacionais, (...)” (2º§) – adjunto adnominal
- b) “(...) vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão” – sujeito
- c) “(...) cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem” (3º§) – complemento nominal
- d) “(...) com a intenção de persuadi-la para consumo de qualquer produto ou serviço (...)” (4º§) – objeto direto
- e) “ (...) não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.” (3º§) – objeto indireto

**49)** No 3º parágrafo, a palavra ou expressão que faz a coesão entre as duas exposições, a saber: dos instrumentos jurídicos e dos dispositivos do Estatuto da Criança é

- a) cujo artigo.
- b) entre suas atribuições.
- c) nele.
- d) outras decorrentes.
- e) A isso tudo.

**50)** O ponto de vista defendido pelo enunciador acerca da influência da propaganda na vida das crianças é

- a) “São abusivos os anúncios que contém linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios (...) (4º§).
- b) “Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências (...) (5º§).
- c) “ A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.” (1º§)
- d) “O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, (...) (1º§)
- e) “ Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivos garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente ( Conanda) (3º§).

**51)** A expressão *Essas considerações*, no início do 2º parágrafo, refere-se

- a) ao pronunciamento da Corte Constitucional Colombiana, especificamente, retomando o argumento de autoridade do 1º parágrafo.
- b) à rejeição de alegação de inconstitucionalidade e das limitações jurídicas, ratificando a negação predominante no texto.
- c) à decisão sugerida no final de 2013, exclusivamente, contrapondo essa ideia à exposta no 2º parágrafo como argumento mais forte.
- d) à valorização a ser dada ao longo do texto acerca da posição brasileira sobre a propaganda e a influência à formação infantil, corroborando a tese defendida.
- e) ao exposto no 1º parágrafo, abrindo um novo estágio no processo de argumentação.

**52)** No trecho: “ (...) e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção (...) ( 5§), a oração em destaque indica, semanticamente, em relação à anterior, ideia de

- a) causa.
- b) concessão.
- c) proporção.
- d) consequência.
- e) finalidade.

**53)** Uma estratégia de argumentação utilizada pelo enunciador do texto é

- a) discorrer sobre a influência da Conanda nas atitudes dos adolescentes.
- b) expor diferentes comparações relativas às situações semelhantes em diferentes países.
- c) apresentar o que ocorreu na Corte Constitucional da Colômbia com a publicidade do tabaco.
- d) exemplificar a reação das crianças perante determinadas propagandas vinculadas na TV no ano de 2013.
- e) relatar fatos que influenciaram a decisão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

**54)** Para a finalização de seu texto, o enunciador utiliza a seguinte estratégia:

- a) Ratifica o exposto no artigo 227 da Constituição, exemplificando com caso concreto.
- b) Retoma o exposto no 3º§, apresentando as propriedades da Conanda e da Constituição.
- c) Fixa as diretrizes de novas ações para evitar novos abusos.
- d) Descreve a necessidade de cumprimento das obrigações internacionais.
- e) Determina diretrizes efetivas para novos procedimentos em âmbito nacional.

**55)** A linguagem predominante no texto é a referencial porque o produtor do texto

- a) utiliza processos expressivos para introduzir sentidos diferentes de palavras e expressões.
- b) apresenta modificações na estrutura das orações subordinadas.
- c) discorre acerca de fatos reais para defesa de seu ponto de vista.
- d) confronta elementos diversos com a presença de conjunções coordenadas.
- e) amplia o sentido das expressões populares com emprego de relações do tipo parte pelo todo.

**56)** O texto argumentativo é estruturado em três grandes partes, a saber: introdução, desenvolvimento e conclusão. Para sustentar seus argumentos, no desenvolvimento, o enunciador utiliza a seguinte estratégia de argumentação:

- a) argumento de autoridade, ao citar instrumentos jurídicos brasileiros.
- b) relação causa / consequência, ao citar instrumentos jurídicos de outros países.
- c) dados numéricos, ao propor levantamento de diferentes resoluções vinculadas à Secretaria de Direitos Humanos.
- d) analogia, ao comparar diferentes propagandas comerciais destinadas às crianças.
- e) ilustração, ao contar fatos de exploração infantil ocorridos em diferentes famílias.

**57)** O enunciador vai construindo o seu ponto de vista ao longo do texto. Os vocábulos utilizados que corroboram, semanticamente, o ponto de vista defendido é

- a) maliciosamente / abusos.
- b) obrigação / diretrizes.
- c) direcionamento / prioritário.
- d) colecionáveis / distribuição.
- e) linguagem infantil / disposição jurídica.

**58)** Há marca de oralidade no seguinte trecho:

- a) “(...) , para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, (...) assim como os direitos (...)”  
( 2º. §)
- b) “ (...) incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes (...)” ( 3º. §)
- c) “A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da criança e do Adolescente, lei número 8.069, (...)” ( 3º. §)
- d) “ (...) que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, (...)”  
( 4º. §)
- e) “ Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, (...)” ( 2º. §)

**59)** A **CORRETA** classificação da predicação dos verbos em destaque está contemplada em

- a) “Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica” (transitivo indireto).
- b) “A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas (...)” (transitivo direto e indireto).
- c) “A questão que suscitou o pronunciamento da Corte (...)” (transitivo direto).
- d) “A resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade (...)” (verbo de ligação).
- e) “(...) para que se dê efetividade aos direitos fundamentais da criança (...)” (verbo transitivo direto).

**60)** A função das aspas no 2º. e no 3º. parágrafos é

- a) representar uma legenda jurídica.
- b) assinalar uma crítica irônica.
- c) realçar o sentido de uma expressão.
- d) destacar uma transcrição textual.
- e) separar uma expressão explicativa.

**61)** Suponha que um usuário está utilizando um computador com Sistema Operacional Windows e, para liberar espaço no disco rígido (Hard Disk - HD) do computador, resolveu apagar alguns arquivos do HD da seguinte forma: selecionar o arquivo, clicar com o botão direito do mouse e, posteriormente, escolher a opção Excluir. Após terminar de apagar todos os arquivos desejados, ele percebeu que apagou por engano um arquivo muito importante. A fim de recuperá-lo, o usuário deve

- a) acessar a *Cache*, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- b) acessar o diretório onde estava o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- c) acessar a Lixeira, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- d) o arquivo não pode ser recuperado sem a utilização de ferramentas específicas para a recuperação de arquivos.
- e) desligar o computador para que este atualize o controle dos arquivos a serem recuperados.

**62)** Uma loja decide dar um prêmio aos funcionários que alcançarem vendas 50% acima da meta estipulada. Suponha uma tabela em que cada linha terá os dados de um vendedor, na coluna C terá a meta de cada vendedor (valor na moeda brasileira Real) e na coluna D, o somatório da venda de cada vendedor no período pré-estipulado (valor em Reais). Deseja-se que as palavras "Recebe Prêmio" e "Não Recebe Prêmio" sejam colocadas automaticamente na coluna E em função dos valores presentes nas colunas C e D. Como exemplo, o conteúdo da célula E2 seria

- a) =SE(D2>(C2\*1,5);ENTÃO ="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
- b) =CASO(D2>(C2\*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
- c) =CASO(D2>(C2\*1,5);ENTÃO ="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
- d) =SE(D2>(C2\*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
- e) =CONDIÇÃO(SE(D2>(C2\*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio")).

**63)** Após fazer várias buscas na internet, um profissional não salvou, como anotação em papel nem utilizando a pasta adequada do navegador de internet, os endereços dos sites interessantes que visitou. Para não precisar realizar as buscas novamente, o profissional poderá ter acesso aos sites visitados na lista presente

- a) na *cache* do computador.
- b) nos *cookies* armazenados localmente.
- c) no diretório de *downloads* local.
- d) nos favoritos do navegador utilizado.
- e) no histórico de navegação do navegador utilizado.

**64)** Para proteger a rede (ou um sistema) de uma empresa, impedindo que *hackers* ou softwares mal-intencionados (como worms) obtenham acesso aos computadores através da rede ou da Internet, a empresa deve instalar um

- a) Bloqueador de *Pop-ups*.
- b) Bloqueador de *Spam*.
- c) *Firewall*.
- d) DNS.
- e) *Phishing*.

**65)** Suponha que você está viajando a trabalho e deve encaminhar relatórios diários sobre as reuniões, em um arquivo digital, para seu chefe. Nesse caso, considere as seguintes possibilidades pelas quais você pode encaminhar diariamente os seus relatórios:

- I) Salvando o arquivo na área de trabalho do seu computador.
- II) Enviando mensagens eletrônicas (*e-mail*) para o chefe, anexando relatórios.
- III) Utilizando um serviço de armazenamento de dados em nuvem, salvando os relatórios em uma área de dados, compartilhada entre você e o seu chefe, e enviando, em seguida, mensagens eletrônicas (*e-mail*) para seu chefe, informando o armazenamento dos relatórios.

A(s) assertiva(s), **VERDADEIRA(S)** é(são), somente

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I.
- e) II.

**66)** O servidor público, **segundo** a Lei nº 8.112/90 e atualizações, responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições funcionais, **EXCETO**:

- a) a indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada em única parcela em trinta dias, não se admitindo parcelamento aos servidores aposentados ou que se encontre preso.
- b) nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.
- c) a responsabilidade civil decorre de ato comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros.
- d) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- e) as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, mas a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

**67)** No ano de 2012, a UNIRIO realizou concurso público para o cargo de Professor Adjunto I, sendo aprovado no certame Marcus Silva, que nomeado em portaria pelo Reitor, tomou posse e, no prazo legal, entrou em exercício. Na avaliação para o desempenho do cargo decorrente do estágio probatório, verificou-se sua justa adequação a quase todos os fatores descrito na lei 8.112/90, exceto o dever de produtividade científica. Considerando essa situação hipotética, analise a questão do estágio probatório e os deveres funcionais do servidor Marcus Silva, conforme a lei regente:

- a) A ética no serviço público, assiduidade, responsabilidade, comportamento e a higiene pessoal são causas que podem levar o servidor à reprovação no estágio probatório, enquanto o dever da produtividade é relativizado por ser um fator subjetivo, não passível de exoneração.
- b) Caso adquirisse estabilidade no cargo de professor, só mediante sentença judicial poderia perdê-lo, em virtude de, após estágio probatório em que se afere a capacidade para o desempenho do cargo, pois o servidor Marcus Silva violou apenas um fator, o da produtividade, cumprindo os demais de forma integral. Nesse caso, o servidor Marcus Silva, apenas, foi reprovado parcialmente no estágio probatório e assim não será exonerado.
- c) Durante o estágio probatório se afere apenas a aptidão para o desempenho do cargo, Marcus Silva não poderá ser exonerado, apenas, em razão da infringência de apenas um dever funcional, o da produtividade, que deveria se somar a todos os outros fatores, para somente levar à reprovação no estágio probatório. Assim o servidor Marcus Silva não será exonerado.
- d) No estágio probatório se afere a aptidão e a capacidade para o desempenho do cargo de professor, no qual entre outros fatores, exige-se o de produtividade científica que não foi comprovada. Assim o servidor Marcus Silva não foi aprovado no estágio probatório e será exonerado, independentemente do cumprimento dos outros fatores indicados em lei.
- e) Mesmo que Marcus Silva fosse servidor estável da UNIRIO, somente seria afastado do serviço público devido à reprovação no estágio probatório sob o fundamento da baixa produtividade aliado à baixa assiduidade, já que no estágio probatório se afere, apenas, a capacidade para o desempenho do cargo.

**68)** A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, conforme a Lei 8.112/90, denomina-se

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) recondução.
- d) reintegração.
- e) disponibilidade.

**69)** Na reintegração de servidor e encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo. Quando o cargo público foi extinto, por decorrência no campo do avanço tecnológico, o servidor não será demitido, mas colocado em

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) disponibilidade.
- d) recondução.
- e) na reserva.

**70)** No caso de deslocamento de cargo de provimento efetivo, por interesse da administração, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), denomina-se

- a) ajustamento de lotação e da força de trabalho.
- b) reserva renumerada.
- c) redistribuição.
- d) reorganização de órgão ou entidade.
- e) disponibilidade ou aproveitamento.